BARCELOS
MUNICÍPIO

PROPOSTA Nº 27 . Revisor Oficial de Contas - Informação sobre a situação económica e financeira do Município de Barcelos reportada a 30.06.2023. Para conhecimento.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.
O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
A alínea d), do nº 2, do artigo 77º do citado diploma legal consagra que compete ao auditor externo *"remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira"*.

Assim, em face do exposto, e no uso das competências legalmente cometidas às autarquias locais, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos delibere:

I – Tomar conhecimento da informação relativa à situação económica e financeira do Município de Barcelos, reportada a 30.06.2023;
II – Proceda à remessa desta informação à Assembleia Municipal, também para efeitos de conhecimento.

Barcelos, 27 de novembro de 2023.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 30/11/2023
Deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da proposta.

P-27

CRUZ, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Câmara M. Barcelos
D A O A
Registo: 96.227|23
Data Entrada: 27-10-2023

MUNICÍPIO DE BARCELOS
A/C EX.MO SR. PRESIDENTE
Largo do Município
4750 - 323 Barcelos

Trofa, 25 de outubro de 2023

ASSUNTO: Informação sobre situação económica e financeira do Município reportada a 30/06/2023

Ex.mo Senhor Presidente,

Vimos pela presente entregar a informação sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30/06/2023.

Ficamos ao dispor para qualquer esclarecimento que se mostre necessário, subscrevendo-nos com os melhores cumprimentos.

De V. Exas

Atentamente

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

30/06/2023

MUNICÍPIO DE BARCELOS

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO 3

II – ÂMBITO DO TRABALHO 3

III – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 5

III.1 - Estrutura do Balanço 5

III.2 - Estrutura da Demonstração dos Resultados por Naturezas 7

III.3 - Principais Rácios/Indicadores 9

IV – SITUAÇÃO ORÇAMENTAL 10

IV.1 - Execução orçamental 10

IV.2 - Princípio do equilíbrio orçamental (a 30/06) 11

IV.3 - Receita cobrada 11

V – ENDIVIDAMENTO 12

V.1 - Estrutura e evolução da dívida 12

V.2 - Dívida total 13

VI – CONCLUSÃO 14

I – INTRODUÇÃO

A presente Informação é prestada nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), no âmbito das competências atribuídas por esta lei ao Auditor Externo.

II – ÂMBITO DO TRABALHO

Apresentamos a presente informação sobre a situação económica e financeira do Município de Barcelos (doravante Município), com referência a 30 de junho de 2023, a qual foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Os procedimentos de auditoria utilizados na preparação desta informação consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Substantivos (verificações documentais; indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria às contas anuais para efeitos de emissão de Certificação Legal das Contas.

No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas.

Efetuamos, então, os referidos procedimentos de auditoria, tendo por base não as demonstrações financeiras e orçamentais intercalares reportadas a 30 de junho de 2023 (uma vez que de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro não é obrigatória a sua elaboração pelo Município), mas alguns dados preparados e fornecidos pelo serviço de contabilidade, nomeadamente os mapas da execução orçamental (da receita e da despesa) a 30/06 e um balancete, referente ao período de seis meses, findo em 30/06/2023, o qual não contempla operações relevantes de um "fecho de contas" (tais como especializações relativas a acréscimos, diferimentos e estimativas, amortizações/depreciações entre outras) pelo que as mesmas foram por nós apuradas extra-contabilidade.

De referir que no desenvolvimento destes trabalhos, verificamos que as matérias que deram origem às reservas por limitação de âmbito descritas na Certificação legal das Contas emitida para o exercício de 2022 não se encontram resolvidas à data deste documento, pelo que não foi possível considerar o impacto dos seus possíveis efeitos na presente informação. Estas matérias prendem-se com o facto de:

(i) Estar em curso o processo de análise e inventariação dos bens da Entidade, nomeadamente no que respeita aos bens em curso, aos bens objeto da transferência de competências do Estado para a Entidade e à atualização do cadastro e da vida útil dos edifícios e outras construções de acordo com as orientações previstas na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho.

(ii) A Entidade, por não dispor de informação suficiente, não terminou a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma de Contabilidade Pública 4 e, por conseguinte, não efetuou ainda a devida contabilização.

(iii) Na sequência do litígio judicial com ADB - Águas de Barcelos, S.A. foi contabilizada, no passado, uma provisão para processos judiciais em curso, no montante de 59.000.000 euros. Em 22/03/2023 foi assinado um acordo formal suspendendo-se a instância da ação executiva. Contudo, o acordo foi submetido a um conjunto de condições prévias, que ainda se encontram em curso, sendo expectável até final de 2023 ficar tudo resolvido.

III – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Nos termos atrás descritos e com base nos dados fornecidos pelo Município, apuramos os valores das rubricas de balanço e de demonstração dos resultados por naturezas reportadas a 30/06/2023, incluindo como comparativos os períodos de 31/12/2022 e 30/06/2022, que apresentamos abaixo.

III.1 - Estrutura do Balanço

A) Estrutura do Ativo

RUBRICAS	30/06/2023	Peso da rubrica (%)	31/12/2022	30/06/2022	Variação (30/06/2023-31/12/2022)	
					Valor	%
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	213 377 813,13	79%	209 917 934,24	202 988 790,01	3 459 878,89	2%
Propriedades de investimento	195 162,58	0%	196 083,21	197 003,84	(920,63)	0%
Ativos intangíveis	2 187 949,06	1%	2 032 883,52	2 005 389,33	155 065,54	8%
Participações financeiras	3 702 115,51	1%	3 702 115,51	3 702 115,51	0,00	0%
	219 463 040,28	81%	215 849 016,48	208 893 298,69	3 614 023,80	2%
Ativo corrente						
Inventários	378 673,78	0%	348 836,27	350 192,51	29 837,51	9%
Devedores por transferências e subsídios	0,00	0%	0,00	1 040 161,50	0,00	N/A
Clientes, contribuintes e utentes	305 815,48	0%	789 760,14	255 600,68	(483 944,66)	-61%
Estado e outros entes públicos	94 827,91	0%	80 867,18	106 763,09	13 960,73	17%
Outras contas a receber	18 542 158,65	7%	15 687 428,30	16 644 280,92	2 854 730,35	18%
Diferimentos	28 795,89	0%	199 510,70	212 807,43	(170 714,81)	-86%
Caixa e depósitos	31 535 660,04	12%	36 383 359,33	36 419 398,68	(4 847 699,29)	-13%
	50 885 931,75	19%	53 489 761,92	55 029 204,81	(2 603 830,17)	-5%
Total do ativo	270 348 972,03	100%	269 338 778,40	263 922 503,50	1 010 193,63	0%

B) Estrutura do Património Líquido e Passivo

RUBRICAS	30/06/2023	Peso da rubrica (%)	31/12/2022	30/06/2022	Variação (30/06/2023 - 31/12/2022)	
					Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/ Capital	23 188 744,62	9%	23 188 744,62	23 188 744,62	0,00	0%
Reservas	10 674 770,40	4%	10 613 027,60	10 357 286,83	61 742,80	1%
Resultados transitados	117 932 566,99	44%	116 759 453,85	112 264 435,10	1 173 113,14	1%
Outras variações no Património Líquido	43 762 206,19	16%	40 267 673,88	37 787 263,98	3 494 532,31	9%
Resultado líquido do período	(2 255 900,30)	-1%	1 234 855,94	3 559 375,51	(3 490 756,24)	-283%
Total do Património Líquido	193 302 387,90	72%	192 063 755,89	187 157 106,04	1 238 632,01	1%
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões	62 615 900,70	23%	62 615 900,70	62 328 268,19	0,00	0%
Financiamentos obtidos	1 447 616,20	1%	1 747 666,26	1 808 395,38	(300 050,06)	-17%
Outras contas a pagar	1 007 612,23	0%	853 655,67	679 291,77	153 956,56	18%
	65 071 129,13	24%	65 217 222,63	64 815 955,34	(146 093,50)	0%
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios concedidos	1 048 720,30	0%	215 652,40	1 769 912,30	833 067,90	386%
Fornecedores	2 142 253,83	1%	2 963 098,36	1 503 881,88	(820 844,53)	-28%
Estado e outros entes públicos	1 302 506,72	0%	586 385,51	1 097 760,40	716 121,21	122%
Financiamentos obtidos	619 284,14	0%	619 284,14	875 656,68	0,00	0%
Fornecedores de investimentos	422 028,09	0%	1 620 633,77	747 032,76	(1 198 605,68)	-74%
Outras contas a pagar	5 194 589,23	2%	4 991 947,31	4 320 612,43	202 641,92	4%
Diferimentos	201 013,31	0%	2 389,45	625 552,67	198 623,86	8313%
Outros passivos financeiros	1 045 059,38	0%	1 058 408,94	1 009 033,00	(13 349,56)	-1%
	11 975 455,00	4%	12 057 799,88	11 949 442,12	(82 344,88)	-1%
Total do Passivo	77 046 584,13	28%	77 275 022,51	76 765 397,46	(228 438,38)	0%
Total do Património Líquido e Passivo	270 348 972,03	100%	269 338 778,40	263 922 503,50	1 010 193,63	0%

III.2 - Estrutura da Demonstração dos Resultados por Naturezas

A) Estrutura da demonstração de resultados / variação

RENDIMENTOS E GASTOS	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Variação (30/06/2023 - 30/06/2022)		
				Valor	%	
Impostos, contribuições e taxas	12 594 496,58	24 256 382,97	12 312 258,01	282 238,57	1%	
Prestações de serviços e concessões	2 790 950,93	4 343 426,09	2 280 420,34	510 530,59	12%	
Transferências e subsídios correntes obtidos	21 665 779,82	44 399 771,42	20 268 892,37	1 396 887,45	3%	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(473 298,83)	(1 129 352,10)	(492 341,60)	19 042,77	-2%	
Fornecimentos e serviços externos	(11 778 250,94)	(18 919 868,31)	(8 750 446,61)	(3 027 804,33)	16%	a)
Gastos com pessoal	(13 436 810,64)	(25 332 788,75)	(11 712 884,89)	(1 723 925,75)	7%	
Transferências e subsídios concedidos	(10 400 688,76)	(20 478 757,78)	(8 177 161,72)	(2 223 527,04)	11%	b)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(392 770,01)	(504 273,80)	(386 614,34)	(6 155,67)	1%	
Provisões (aumentos / reduções)	0,00	(230 963,51)	56 669,00	(56 669,00)	25%	
Outros rendimentos e ganhos	3 320 728,43	5 989 767,29	2 485 910,17	834 818,26	14%	
Outros gastos e perdas	(1 701 157,62)	(2 320 329,81)	(717 998,73)	(983 158,89)	42%	
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 188 978,96	10 073 013,71	7 166 702,00	(4 977 723,04)	-49%	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(4 367 023,63)	(8 740 491,57)	(3 579 352,20)	(787 671,43)	9%	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(2 178 044,67)	1 332 522,14	3 587 349,80	(5 765 394,47)	-433%	
Juros e gastos similares suportados	(77 855,63)	(97 666,20)	(27 974,29)	(49 881,34)	51%	
Resultado antes de impostos	(2 255 900,30)	1 234 855,94	3 559 375,51	(5 815 275,81)	-471%	
Imposto sobre o rendimento						
Resultado líquido do período	(2 255 900,30)	1 234 855,94	3 559 375,51	(5 815 275,81)	-163%	

a) O aumento ocorrido na rubrica de fornecimentos e serviços externos, é justificado maioritariamente pelo (i) aumento dos custos incorridos com a entrada em vigor do novo contrato de concessão de serviço público de transporte publico rodoviário regular de passageiros no município, pelo (ii) aumento do custo unitário do serviço de confeção e fornecimento de refeições nas diversas escolas e pelo (iii) aumento do custo unitário relativo ao tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

b) O aumento é justificado pelo acréscimo das transferências de capital realizadas para as freguesias em 2023, no valor aproximado de 2.928.000 euros.

B) Estrutura da demonstração de resultados / peso

Cód	Descrição	30/06/2023		30/06/2022	
		Valor	%	Valor	%
	Rendimentos				
70	Impostos, contribuições e taxas	12 594 496,58	31%	12 312 258,01	33%
71	Vendas	-	0%	-	0%
72	Prestações de serviços e concessões	2 790 950,93	7%	2 280 420,34	6%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	21 665 779,82	54%	20 268 892,37	54%
76	Reversões	-	0%	66 140,00	0%
78	Outros rendimentos e ganhos	3 320 728,43	8%	2 485 910,17	7%
79	Juros e rendimentos similares obtidos	-	0%	-	0%
	Total de rendimentos:	40 371 955,76	100%	37 413 620,89	100%
	Gastos				
60	Transferências e subsídios concedidos	10 400 688,76	26%	8 177 161,72	22%
61	Custos Merc. Vendidas e mat. Consum.	473 298,83	1%	492 341,60	1%
62	Fornecimentos e serviços externos	11 778 250,94	29%	8 750 446,61	23%
63	Gastos com o pessoal	13 436 810,64	33%	11 712 884,89	31%
64	Gastos de depreciação e de amortização	4 367 023,63	11%	3 579 352,20	10%
65	Perdas por imparidade	392 770,01	1%	396 085,34	1%
67	Provisões do período	-	0%	-	0%
68	Outros gastos e perdas	1 701 157,62	4%	717 998,73	2%
69	Juros e gastos similares suportados	77 855,63	0%	27 974,29	0%
	Total de gastos:	42 627 856,06	106%	33 854 245,38	90%
	Resultado do período:	- 2 255 900,30	-6%	3 559 375,51	10%
	Total Gastos + Resultado Líquido:	40 371 955,76	100%	37 413 620,89	100%

III.3 - Principais Rácios/Indicadores

Descrição	30/06/2023	30/06/2022	31/12/2022
Ativo	270 348 972,03	263 922 503,50	269 338 778,40
Património Líquido	193 302 387,90	187 157 106,40	192 063 755,89
Passivo	77 046 584,13	76 765 397,46	77 275 022,51
Impostos, Contribuições e Taxas	12 594 496,58	12 312 258,01	24 256 382,97
Transferências e Subsidios Obtidos	21 665 779,82	20 268 892,37	44 399 771,42
Resultados Operacionais	- 2 178 044,67	3 587 349,80	1 332 522,14
Resultado antes de imposto	- 2 255 900,30	3 559 375,51	1 234 855,94
Resultados Líquidos	- 2 255 900,30	3 559 375,51	1 234 855,94
Rendabilidade Património Líquido	-1%	2%	1%
Rendibilidade do Ativo	-1%	1%	0%
Liquidez Geral	4,25	4,61	4,44
Autonomia Financeira	72%	71%	71%
Solvabilidade	2,51	2,44	2,49
Endividamento	28%	29%	29%

O **Cash-flow** apresenta o seguinte valor:

Cálculo do Cash-Flow	30/06/2023	30/06/2022	31/12/2022
Resultado Líquido	- 2 255 900,30	3 559 375,51	1 234 855,94
Amortizações	4 367 023,63	3 579 352,20	8 740 491,57
Provisões	-	- 56 669,00	230 963,51
Cash-Flow	2 111 123,33	7 082 058,71	10 206 311,02

IV – SITUAÇÃO ORÇAMENTAL

Na abordagem efetuada à situação orçamental, tivemos por base os mapas de execução orçamental reportados a 30/06/2023.

IV.1 - Execução orçamental

A execução orçamental com referência ao período em apreço é apresentada, nos quadros abaixo, comparando os montantes executados ao semestre (corrente e comparativo) com o orçamento anual respetivo.

A) 2023

Designação	Previsão / Dotação Corrigida 2023	Realizado a 30/06/2023	Desvio		Grau Execução
			Valor	%	
RECEITAS	130 972 242,97	72 296 984,04	- 58 675 258,93	-45%	55,20%
Correntes	79 537 379,00	33 994 349,11	- 45 543 029,89	-57%	42,74%
Capital	17 146 301,00	4 004 498,28	- 13 141 802,72	-77%	23,35%
Outras receitas	34 288 562,97	34 298 136,65	9 573,68	0%	100,03%
DESPESAS	130 972 242,97	45 102 949,53	- 85 869 293,44	-66%	34,44%
Correntes	75 320 798,45	31 945 498,35	- 43 375 300,10	-58%	42,41%
Capital	55 651 444,52	13 157 451,18	- 42 493 993,34	-76%	23,64%

B) 2022

Designação	Previsão / Dotação Corrigida 2022	Realizado a 30/06/2022	Desvio		Grau Execução
			Valor	%	
RECEITAS	116 251 266,89	67 463 504,23	- 48 787 762,66	-42%	58,03%
Correntes	71 041 889,00	33 810 158,29	- 37 231 730,71	-52%	47,59%
Capital	15 056 074,00	3 361 188,17	- 11 694 885,83	-78%	22,32%
Outras receitas	30 153 303,89	30 292 157,77	138 853,88	0%	100,46%
DESPESAS	116 088 166,89	33 092 858,87	- 82 995 308,02	-71%	28,51%
Correntes	63 752 013,59	25 922 970,84	- 37 829 042,75	-59%	40,66%
Capital	52 336 153,30	7 169 888,03	- 45 166 265,27	-86%	13,70%

Nota: a 30/06/2022 o orçamento e respetivos mapas de execução apresentavam uma diferença de 163.100,00 € entre Receita e Despesa, fruto do registo de alterações orçamentais ainda não conciliadas entre Receita e Despesa, contudo no final do ano de 2022 a referida diferença ficou regularizada.

IV.2 - Princípio do equilíbrio orçamental (a 30/06/2023)

O equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro foi apurado com base na execução do primeiro semestre de 2023, considerando metade das amortizações médias dos empréstimos, podendo verificar-se, pelo quadro abaixo, que foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental.

RECEITA CORRENTE COBRADA BRUTA	A	34 278 018,04
DESPESA CORRENTE	B	31 945 498,35
SALDO CORRENTE (A-B)	C	2 332 519,69
AMORTIZAÇÃO MÉDIA DOS EMLP	D	280 140,08
Diferença (C-D)		2 052 379,61

IV.3 - Receita cobrada

Para efeitos do n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita inferior a 85% do previsto no orçamento, são desencadeados mecanismos de alerta definidos naquele artigo.

Assim, este indicador apenas poderá ser efetivamente avaliado no final de cada exercício.

Contudo, apresentamos abaixo a última avaliação:

	31/12/2022			31/12/2021		
Designação	Previsão / Dotação	Realizado	Grau Execução	Previsão / Dotação	Realizado	Grau Execução
RECEITA LÍQUIDA	116 251 266,89	112 640 798,49	96,89%	106 925 246,99	99 951 287,35	93,48%

Podemos verificar que o indicador é superior nos dois últimos anos.

V – ENDIVIDAMENTO

V.1 - Estrutura e evolução da dívida

RUBRICAS	30/06/2023	31/12/2022	Variação 1ºsem.23 /2022	Variação %
A MÉDIO LONGO PRAZOS				
Dividas a Instituições de Crédito	1 447 616,20	1 747 666,26	- 300 050,06	-17%
Outros Credores	1 007 612,23	853 655,67	153 956,56	18%
Total Médio Longo Prazo	2 455 228,43	2 601 321,93	- 300 050,06	-17%
A CURTO PRAZO				
Dividas a Instituições de Crédito	619 284,14	619 284,14	-	0%
Fornecedores:				
Fornecedores	2 142 253,83	2 963 098,36	- 820 844,53	-28%
Fornecedores de Investimentos	422 028,09	1 620 633,77	- 1 198 605,68	-74%
Total Fornecedores	2 564 281,92	4 583 732,13	- 2 019 450,21	-44%
Outros:				
Estado e Outros Entes Públicos	1 302 506,72	586 385,51	716 121,21	122%
Outros Credores	2 296 999,23	1 484 300,91	812 698,32	55%
Total outros	3 599 505,95	2 070 686,42	1 528 819,53	74%
Total Curto Prazo	6 783 072,01	7 273 702,69	- 490 630,68	-7%
DIVIDA TOTAL	9 238 300,44	9 875 024,62	- 636 724,18	-6%

V.2 - Dívida total

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no caso dos municípios cuja dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios, são informados os membros do Governo e os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo dos municípios em causa; e, caso a mesma atinja ou ultrapasse o limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos dois três últimos exercícios), os municípios devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

Assim, apresentamos o cálculo indicativo da dívida total a 30/06/2023:

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL PARA 2023 (Art.º 52º da Lei 73/2013, de 3/9)		30/06/2023
Média da Receita Corrente Líquida (2020, 2021 e 2022)	A	67 643 901,66
Limite (2022) = 1,5 x Média da Receita Corrente Líquida (2020, 2021 e 2022)	B	101 465 852,49
DÍVIDA TOTAL A 30/6/2022		
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	C	9 237 962,61
SM + AM + SEL + Entidades participadas	D	-
Dívida Total (C+D)		**9 237 962,61**
Dívidas não orçamentais		2 222 703,06
FAM		-
Capital Excecionado		-
Dívida Total Excluindo dívidas não orçamentais, FAM e capital excecionado	E	**7 015 259,55**
Alerta Precoce de desvios (Art.º 56º da Lei 73/2013, de 3/9)		
nº1 Montante em excesso		-
Margem Absoluta (A-E)		**60 628 642,11**
nº2 Montante em excesso		-
Margem Absoluta (B-E)		**94 450 592,94**

Por não nos ter sido disponibilizada, atempadamente, a informação relativamente ao montante da dívida, a 30/06, das entidades participadas que concorre para a dívida do Município a mesma não foi considerada no cálculo do quadro acima. Importa referir apenas que a referida dívida das entidades participadas era a 31/12/2022 de 2,24 milhões de euros.

VI – CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, com exceção do referido no último parágrafo do ponto II, não temos conhecimento de situações que afetem de forma significativa a Informação Sobre a Situação Económica e Financeira do **Município de Barcelos**, relativa ao **primeiro semestre de 2023**, e a sua conformidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida pelos diversos colaboradores e responsáveis do Município.

Trofa, 24 de outubro de 2023

Cruz, Amaral & Associados, SROC, Lda
Representada por
Sebastião Campos Cruz, ROC